

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXXIII - 9ª Legislatura

Suplemento do DCL Nº 51

Brasília, terça-feira, 12 de março de 2024

Sumário

Seção 3

Ata Circunstanciada da 13ª Sessão Ordinária.....	3
Ata Circunstanciada da 14ª Sessão Ordinária.....	10



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

Mesa Diretora

Presidente: Deputado Wellington Luiz

Vice-Presidente: Deputado Ricardo Vale

Primeiro Secretário: Deputado Pastor Daniel de Castro - **Suplente:** Deputado Pepa

Segundo Secretário: Deputado Roosevelt - **Suplente:** Deputada Doutora Jane

Terceiro Secretário: Deputado Martins Machado - **Suplente:** Deputado Eduardo Pedrosa



COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Thiago Manzoni Vice-Presidente: Chico Vigilante Robério Negreiros Fábio Felix Iolando	Joaquim Roriz Neto Gabriel Magno Martins Machado Max Maciel Hermeto	Presidente: Gabriel Magno Vice-Presidente: Dayse Amarílio Thiago Manzoni Jorge Vianna Ricardo Vale	Chico Vigilante Paula Belmonte Roosevelt Robério Negreiros Martins Machado
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS		COMISSÃO DE SEGURANÇA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Eduardo Pedrosa Vice-Presidente: Joaquim Roriz Neto Paula Belmonte Jaqueline Silva Jorge Vianna	Martins Machado Daniel Donizet João Cardoso Doutora Jane Robério Negreiros	Presidente: Doutora Jane Pastor Daniel de Castro Roosevelt Hermeto Iolando	Jorge Vianna Pepa Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS		COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Dayse Amarílio Vice-Presidente: Max Maciel João Cardoso Martins Machado Pastor Daniel de Castro	Ricardo Vale Fábio Felix Paula Belmonte Eduardo Pedrosa Jorge Vianna	Presidente: Daniel Donizet Vice-Presidente: Paula Belmonte Doutora Jane Rogério Morro da Cruz Joaquim Roriz Neto	Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva Jorge Vianna Martins Machado
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR		COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Vice-Presidente: Jorge Vianna Hermeto Daniel Donizet Iolando	Gabriel Magno João Cardoso Pepa Pastor Daniel de Castro Dayse Amarílio	Presidente: Paula Belmonte Vice-Presidente: Ricardo Vale Robério Negreiros Dayse Amarílio Max Maciel	João Cardoso Gabriel Magno Jorge Vianna Chico Vigilante Fábio Felix
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		COMISSÃO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Fábio Felix Vice-Presidente: Ricardo Vale João Cardoso Rogério Morro da Cruz Jaqueline Silva	Max Maciel Gabriel Magno Paula Belmonte Doutora Jane Iolando	Presidente: Max Maciel Vice-Presidente: Martins Machado Pepa Gabriel Magno Fábio Felix	João Cardoso Paula Belmonte Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Rogério Morro da Cruz
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS		COMISSÃO DE PRODUÇÃO RURAL E ABASTECIMENTO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Hermeto Vice-Presidente: Pepa Gabriel Magno Daniel Donizet Eduardo Pedrosa	Iolando Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Roosevelt Rogério Morro da Cruz	Presidente: Pepa Vice-Presidente: Iolando Ricardo Vale Rogério Morro da Cruz Roosevelt	Pastor Daniel de Castro Jaqueline Silva Chico Vigilante Jorge Vianna Thiago Manzoni

9ª Legislatura

Deputado Chico Vigilante
Deputado Pastor Daniel de Castro
Deputado Daniel Donizet
Deputada Dayse Amarílio
Deputado Eduardo Pedrosa
Deputado Fábio Felix
Deputado Gabriel Magno
Deputado Hermeto
Deputado Iolando Almeida
Deputada Doutora Jane
Deputada Jaqueline Silva
Deputado João Cardoso

Corregedor: Deputado Joaquim Roriz Neto

Procuradora Especial da Mulher: Deputada Dayse Amarílio

Procuradoras Adjuntas Especiais da Mulher: Deputada Jaqueline Silva e Deputada Doutora Jane

Procurador Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Chico Vigilante

Procurador Adjunto Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Iolando

Procurador Especial da Defesa dos Direitos da Juventude: Deputado Joaquim Roriz Neto

Deputado Joaquim Roriz Neto
Deputado Jorge Vianna
Deputado Martins Machado
Deputado Max Maciel
Deputada Paula Belmonte
Deputado Pepa
Deputado Ricardo Vale
Deputado Robério Negreiros
Deputado Rogério Morro da Cruz
Deputado Roosevelt
Deputado Thiago Manzoni
Deputado Wellington Luiz

Ouvidor: Deputado Jorge Vianna

Seção 3

Ata Circunstanciada da 13ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 13ª (DÉCIMA TERCEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA, DE 6 DE MARÇO DE 2024.

INÍCIO ÀS 15H08MIN

TÉRMINO ÀS 15H59MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está aberta a sessão ordinária de quarta-feira, 6 de março de 2024, às 15 horas e 8 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido por esta presidência.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, as seguintes atas de sessões anteriores:

- Ata Sucinta da 12ª Sessão Ordinária, de 5 de março de 2024;
- Ata Sucinta da 8ª Sessão Extraordinária, de 5 de março de 2024.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovadas sem observações as atas mencionadas.

Tendo em vista a visível falta de quórum no momento – estão presentes apenas o deputado Chico Vigilante e o deputado Thiago Manzoni –, convido os demais deputados que ainda se encontram nos corredores e nos gabinetes a comparecerem para que possamos prosseguir com a sessão.

Quero saudar as nossas companheiras mulheres que estão na galeria contra o feminicídio e também comemorando o Dia Internacional da Mulher. As mulheres estão presentes! Sejam todas bem-vindas! Recebam a saudação da Câmara Legislativa nessa luta contra o feminicídio, que é uma praga e não pode continuar acontecendo no Distrito Federal e no Brasil.

A deputada Dayse Amarilio se encontra na galeria, juntamente com essas mulheres, lutando contra o feminicídio.

Quero deixar um recado para esses cabras safados que estão espancando mulheres por aí: se fazem isso é porque não são homens, mesmo!

Está suspensa a sessão.

(Sessão suspensa às 15h18min.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, eu quero saudar as mulheres que estão aqui representando o movimento 8M, que é um movimento de mulheres que entendem o seu valor e o seu papel. Nós queremos realmente fazer um movimento que contagie positivamente a sociedade.

Nós temos uma agenda agora, no dia 8, que é uma agenda de posicionamento, que é uma luta de nossas vidas. No dia 8 de março, na sexta-feira, haverá uma manifestação do movimento 8M em frente ao Palácio do Buriti, ao meio-dia. Depois, haverá uma concentração no Conic. Então, nós estamos convocando toda a sociedade, as mulheres e os homens, porque nós precisamos romper essa barreira de falarmos com os homens.

Nós estamos em uma luta, senhor presidente, pela dignidade de viver. Viver é um direito, não

é um privilégio! Nós queremos viver e nós queremos vida com dignidade! Nós precisamos, realmente, enfrentar a situação, porque essa onda de feminicídio é só a ponta do *iceberg*.

Saúdo todas as mulheres, os gabinetes que se envolveram, a Keka, as meninas do 8M, o deputado Fábio Félix, o deputado Max Maciel – que, no bloco, me ajudam tanto nessa pauta –, as mulheres desta casa.

Por último, quero dizer também que amanhã haverá uma audiência pública, referente aos parabéns – vamos dizer assim – do Conselho de Direito das Mulheres. Estão todas convidadas. Ela vai ser às 9 horas e 30 minutos, no plenário.

Também agradeço à artista Lola, que é uma artista guaraense, e que, na entrada do *foyer*, está com várias esculturas sobre mulheres guerreiras. Parabênizo, na pessoa dela, todos os guaraenses e toda a cultura do Distrito Federal.

Obrigada, presidente.

(A sessão é reaberta às 15h35min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está reaberta a sessão.

Há 6 deputados presentes.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, na verdade, trata-se de solicitação de uso da palavra, porque o líder do nosso bloco é o deputado Max Maciel.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – V.Exa. está autorizado a falar pela liderança.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Presidente, assim como a deputada Dayse Amarílio fez, eu queria registrar as presenças de representantes do movimento de mulheres, hoje, na galeria da Câmara Legislativa. (Palmas.)

Quero dizer que este mês é importante para as lutas das mulheres. Os movimentos feministas e os movimentos de mulheres das cidades estão se organizando em defesa dos direitos das mulheres.

As mulheres estão organizando uma carta em defesa das recomendações da CPI do Feminicídio. Essa carta foi organizada por elas e vários parlamentares já a assinaram. Trata-se de uma carta ampla que trata dos elementos que foram resultado de uma discussão e de um processo longo de debate, em torno da questão da rede de atendimento às mulheres no Distrito Federal.

Sabemos que essa é uma rede com uma série de debilidades. Existem muitas portas de entradas e poucas políticas públicas efetivas de proteção às mulheres, de garantia de benefícios sociais. Às vezes, deputado Chico Vigilante, uma mulher bate à porta de um serviço, mas, nesse serviço, não há entrega nenhuma. Então, ela é encaminhada para outro serviço. Bate à porta do outro serviço, é encaminhada para outro serviço. São muitas portas de entrada, mas não há fluxo que realmente funcione no atendimento à mulher. Sabemos que só repressão, só as Deams – que são fundamentais e necessárias – são insuficientes.

É preciso que haja um projeto real de investimento nos Nafavds, que haja um projeto real de investimento nos PAVs, que a Secretaria da Mulher tenha condições e capacidade de ser uma articuladora da política pública em defesa dos direitos das mulheres, e não que a Secretaria da Mulher seja utilizada como cabide de empregos, como muitas vezes é utilizada por diferentes governos – não se trata de uma questão específica desse governo. Ela tem que ser uma secretaria com capacidade de articulação de política pública.

Estamos vivendo uma tragédia de feminicídios e de violência contra a mulher no DF. Não estamos falando nem de direita nem de esquerda; estamos falando de direito à vida. As mulheres querem continuar vivas, e estão sendo assassinadas pelos seus companheiros e ex-companheiros, pelos seus maridos e ex-maridos, pelos namorados. Essa é uma condição inaceitável e que pede não só engajamento discursivo – todos estão do lado das mulheres –, mas também pede o engajamento efetivo do Poder Legislativo local para fazer alguma coisa!

E fazer alguma coisa significa colocar no orçamento, monitorar o orçamento, investir, nomear servidores públicos, garantir que a política pública funcione, garantir que os meninos, desde a escola, não tenham a masculinidade violenta e que se possa debater gênero e direitos das mulheres nas escolas, para que haja uma nova condição e uma nova cultura social que estruture as relações em uma condição completamente diferente.

Eu queria reconhecer a luta das mulheres que estão aqui. O *slogan* que as mulheres têm colocado como linha de frente é: "Nem presas, nem mortas!", uma palavra de ordem fundamental e que sintetiza um pouco dessa luta.

Peço aos parlamentares de todos os partidos e de todas as lideranças e às assessorias de deputados que deem uma olhada na Carta das Mulheres, que está no Bloco 29.163. A carta basicamente não entra em polêmicas, ela pede que sejam regulamentadas as leis que já foram aprovadas nesta casa por unanimidade e as recomendações da CPI do Feminicídio, que são basicamente recomendações consensuais. Portanto, pedimos a todos os deputados que assinem essa carta em defesa da vida das mulheres.

Muito obrigado, senhor presidente.

Senhor presidente, também quero agradecer ao deputado Max Maciel por eu falar, neste momento, em nome da liderança do PSOL e do PSB. Quero dizer que esse é um compromisso do nosso bloco, meu, do deputado Max Maciel e da deputada Dayse Amarílio.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu vou falar pela liderança do Partido dos Trabalhadores, então convido a deputada Dayse Amarílio para presidir a sessão neste momento.

(Assume a presidência a deputada Dayse Amarílio.)

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Assumo a presidência.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, uma das lutas mais duras que temos de travar é contra o machismo que é praticado em nosso país.

A nossa sociedade é machista porque as leis contemplavam o machismo. Estamos falando de um país onde, até há pouco tempo, só era considerado adultério por parte da mulher. Estamos falando de um país, deputada Dayse Amarílio, onde constava na lei que a mulher só poderia trabalhar se tivesse a autorização do homem. Estava na lei que, para uma mulher se deslocar de uma cidade para outra, ela tinha de ter autorização do marido. Nós estamos falando de um país onde estava contemplada na lei a questão da defesa da honra, quando o cara assassinava a mulher dizendo que estava limpando a honra. É por isso que essa violência continua estabelecida. É contra isso que todos nós homens e mulheres temos que lutar, mostrando efetivamente a igualdade de seres humanos. Homem e mulher são seres humanos, portanto, têm que ser tratados do mesmo jeito.

Há muita coisa a ser reparada ainda, inclusive a diferença salarial que existe. Os homens, fazendo a mesma função, continuam ganhando mais do que as mulheres. Tudo isso tem que ser alterado.

Essa chaga terrível que existe no assassinato de mulheres por elementos que pensam que são proprietários delas. O cabra acha que é dono. Vai lá e mata. E vem dizer que matou por amor! Amor de quem? Quem ama não mata.

Portanto, fica toda a nossa solidariedade e apoio às mulheres do Distrito Federal e do Brasil nessa luta que elas estão travando.

O segundo ponto que quero abordar hoje é uma lei da minha autoria, Lei nº 7.424, de 28 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à aplicação de recursos provenientes de multas de trânsito aplicadas no Distrito Federal.

"Art. 1º Fica assegurada a divulgação de demonstrativo de arrecadação de destinação dos recursos provenientes das multas de trânsito aplicadas no Distrito Federal.

Art. 2º A divulgação é feita, trimestralmente, na página principal do *site* oficial do Governo do Distrito Federal.

(...)

Art. 3º Os demonstrativos devem conter as seguintes informações:

- I – valor total autuado e valor efetivamente arrecadado;
- II – valor total arrecadado mensalmente;
- III – valor total arrecadado por região administrativa onde ocorreu a aplicação da multa;
- IV – número total de multas de trânsito aplicadas mensalmente, detalhado pelo tipo de infração cometida;
- V – a quem foram destinados os recursos arrecadados e os valores aplicados em:
 - a) educação de trânsito;
 - b) sinalização de trânsito;
 - c) engenharia de tráfego e de campo;
 - d) fiscalização de trânsito;
 - e) policiamento;
 - f) outros.”

Essa lei é muito importante, é fundamental, até porque existe uma verdadeira indústria de multas no Distrito Federal e não sabemos para onde vão os recursos arrecadados.

Portanto, essa lei vai dar transparência e vai possibilitar a cobrança da aplicação dos recursos arrecadados com essas multas em benefício da nossa comunidade, como educação de trânsito, pintura das faixas, fiscalização efetiva do trânsito do Distrito Federal, para trazer bem-estar para a nossa comunidade.

Esse projeto havia sido vetado pelo governador do Distrito Federal. Nós derrubamos o veto, a lei foi promulgada pelo deputado Wellington Luiz, presidente desta casa. Ela está valendo, e nós faremos com que ela seja cumprida.

Obrigado, senhora presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, deputado Chico Vigilante, que realmente é um defensor da pauta das mulheres. Muito obrigada pelo seu posicionamento. Essa luta é de todos.

Deputado Thiago Manzoni, o deputado Joaquim Roriz Neto não está. O senhor quer falar pela liderança do PL? (Pausa.)

Abre mão.

Mais algum deputado? (Pausa.)

Eu queria convidar o deputado Fábio Félix para presidir a sessão, para que eu possa fazer uso da palavra.

(Assume a presidência o deputado Fábio Félix.)

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – Assumo a presidência.

Encerro os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Presidente, fizemos aqui alguns convites relacionados à agenda do 8M, o 8 de Março, que já será vivenciado sexta-feira.

Eu gostaria que o 8 de março não fosse só o 8 de março, mas ele é um marco importante. Ele é um marco que traz, inclusive, a luta histórica de mulheres que morreram para conquistar coisas que estamos vivenciando. Parece algo muito distante, mas não é. As mulheres começaram a ter direito ao voto em 1932. É algo muito recente na história.

De manhã, eu estava falando para um grupo de trabalhadoras sobre o que é o empoderamento feminino. Algumas coisas o deputado Fábio Félix traz, um servidor que também atende na assistência social e sabe o quanto somos vulneráveis. Eu queria nos levar a pensar sobre o quanto precisamos

fazer nesse 8 de março.

Eu li a carta e ela traz o histórico disso tudo. É muito triste, deputado Fábio Félix, ver que a casa teve um trabalho tão grande em uma CPI tão séria e, apesar de todas as recomendações, não conseguimos avançar e romper a dificuldade que estamos vivenciando. Foram mais de 55 situações apontadas referentes ao governo, ao Executivo. Infelizmente, só 5 sugestões ou leis foram regulamentadas.

Não adianta batalharmos só por leis. O primeiro passo é conseguir que a lei seja sancionada. O segundo passo é para que aquela lei seja regulamentada e vire realidade na vida das mulheres.

A questão do orçamento público se faz muito necessária também, porque não adianta falar que algo tem valor, se não se investe nesse algo. Nos últimos tempos, baseados em todo o levantamento que trazemos, verificamos que todo o orçamento encaminhado é basicamente para se pagar servidores e contratos da pasta. Não existe investimento em política pública para as mulheres. Essa é a realidade!

Política é poder e dinheiro? Pode ser, mas é também o espaço para as mulheres. Queremos sair da vexatória condição em que estamos, em que perdemos apenas, em participação política, para os países árabes, onde as mulheres usam burca e não votam.

Quero convocar as mulheres para que possamos realmente fazer a palavra sororidade ter valor e para que possamos apoiar as mulheres em espaços de poder e decisão, porque, quando estivermos nesses espaços, vamos ter voz e vez para lutar por políticas públicas que possam realmente mudar a vida de nós, mulheres.

Quando se fala de feminicídio, não se trata só de falar sobre o atendimento em uma Deam; é falar de creche, é falar de independência financeira, é falar da não violência obstétrica – que não é nem notificada –, é falar de espaços para as mulheres falarem e realmente exercerem o poder de ter uma vida digna.

Devemos nos lembrar de que, quando a estatística da segurança pública traz que muitas vezes nós morremos por ciúme, não é isso, nós morremos por causa de um sentimento de posse. O deputado Chico Vigilante pontuou que é aquela questão da honra, da posse, infelizmente estamos contaminados por uma cultura com que nós precisamos romper. Todos nós, homens e mulheres, temos esse dever como pais, como mães, como sociedade e, principalmente, como Executivo, Legislativo e Judiciário. Nós estamos aqui e temos um espaço de representação para lutar por quem precisa. Política é isso, é tirar a dor das pessoas e proteger os mais vulneráveis.

Então, parem de nos matar! Nós vamos lutar! O nosso combate à frente da Procuradoria Especial da Mulher – junto com os deputados, junto com o Poder Executivo, fiscalizando, cobrando investimento público – vai ser para que as mulheres possam ter direito à vida, para que parem de nos matar, porque o feminicídio é algo que mata a mulher aos poucos.

Para terminar, presidente, eu estava pensando que isso é algo tão severo não só pela forma como essas mulheres estão morrendo, mas também porque é uma morte lenta, porque a mulher primeiro morre psicologicamente, depois ela morre financeiramente, ela é afastada da família. É uma morte agonizante, é uma morte lenta e, quando essa mulher tenta sair do ciclo de violência, a morte chega mais rápido, a morte física, porque esse algoz não vai deixá-la se libertar, pois ele tem um sentimento de posse dessa mulher.

Nós temos muito a avançar como sociedade. Eu sou enfermeira obstétrica e hoje a violência obstétrica inclusive não é notificada. Muitas vezes, nós não temos o direito de parir com dignidade, começa com a concepção da vida.

Essa luta é de todos e que possa transpassar o 8M, que é um marco importante. Eu queria agradecer-lhes e convocar a todos para essa luta.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – Obrigado, deputada Dayse Amarílio.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente. Boa tarde aos demais parlamentares que estão presentes, aos assessores e a você que nos acompanha pela TV Câmara Distrital e pelo YouTube.

Eu inicio minha fala celebrando o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Vida desde a Concepção, que aconteceu neste plenário ontem à noite e contou com a presença de senadores da

República, deputados federais, deputados distritais, aos quais eu agradeço a participação em defesa de um tema tão importante como é a vida.

Registro o meu agradecimento ao senador Izalci, ao senador Eduardo Girão, aos deputados federais Gustavo Gayer, Chris Tonietto, Júlia Zanatta, Paulo Fernando e, em especial, à deputada presidente do Partido Liberal no Distrito Federal, Bia Kicis.

Agradeço também ao deputado Iolando, à deputada Paula Belmonte, ao deputado João Cardoso e ao deputado Pastor Daniel de Castro pela presença, que estiveram aqui conosco nesse momento que eu reputo de muita relevância para esta casa, que agora se levanta também com uma frente parlamentar em defesa da vida e da vida desde a sua concepção, mostrando que a defesa da vida no Distrito Federal está cada vez mais intensa e que o nosso mandato sempre será um refúgio e uma luta em favor daqueles que não podem lutar por si mesmos.

Celebro também a promulgação de lei, deputado Chico Vigilante, que permite à iniciativa privada investir em equipamentos públicos. A Lei nº 7.465, de 2024, de minha autoria, possibilita que a infraestrutura pública seja financiada com recursos da iniciativa privada. Dou como exemplo, aqui, o metrô de Dubai, que, por meio de *namings rights*, conseguiu que a iniciativa privada fizesse a ampliação da sua rede.

Nós temos um problema sério no Distrito Federal de transporte público. Quem sabe, ao conceder direitos à iniciativa privada, como o direito de dar nome às estações, nós consigamos ampliar o nosso metrô e fazer com que o serviço público de transporte funcione melhor? O mesmo tem sido feito em cidades brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro e outras. É uma inovação que eu espero que o Distrito Federal adote e que nós possamos avançar nessa direção.

Eu, hoje, pela manhã, conversava com o Fernando Leite, presidente da Novacap, que me falou da dificuldade que nós temos nos sistemas de drenagem do Distrito Federal. Chove, tudo fica inundado, e nós temos um problema severo para drenagem. E eu havia recebido ontem uma demanda lá da feira dos importados relacionada justamente aos alagamentos que acontecem quando chove.

Quem sabe, deputado Chico Vigilante, a iniciativa privada possa também financiar a infraestrutura de parte da drenagem do Distrito Federal para que nós possamos dar melhor qualidade de vida para os moradores daqui e também maior possibilidade de trabalho e de obtenção de riqueza para os comerciantes do Distrito Federal, como são os feirantes da feira dos importados?

Estamos pensando em soluções, eu fico feliz que a lei tenha sido promulgada, pois agora poderemos, por meio de regulamentação do Governo do Distrito Federal, atrair recursos da iniciativa privada para que a vida do cidadão do Distrito Federal melhore.

Era o que eu tinha a dizer. Deixo aqui um abraço a todos os moradores do Distrito Federal, aos deputados que estão aqui. Deus os abençoe e abençoe as suas famílias.

Até logo, presidente, boa tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – Boa tarde.

Pergunto se o deputado Chico Vigilante quer fazer alguma fala? Não. Deputada Dayse Amarílio? Também não.

Sobre a mesa, expediente que será lido por esta presidência.

(Leitura do expediente.)

O expediente lido vai a publicação.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – Não há quórum para deliberação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15h59min.)

Siglas com ocorrência neste evento:

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

Deam – Delegacia Especial de Atendimento à Mulher

Nafavd – Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica

Ata Circunstanciada da 14ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 14ª
(DÉCIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 7 DE MARÇO DE 2024.**

INÍCIO ÀS 15H

TÉRMINO ÀS 16H

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está aberta a sessão ordinária de quinta-feira, dia 7 de março de 2024, às 15 horas.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Agradeço a presença, deputado Pastor Daniel de Castro, deputado Fábio Félix.

Convido o deputado Fábio Félix a secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O expediente lido vai a publicação.

Obrigado, deputado Fábio Félix.

Cumprimento os deputados Pepa e Pastor Daniel de Castro.

Sobre a mesa, a seguinte ata de sessão anterior:

– Ata Sucinta da 13ª Sessão Ordinária, de 6 de março de 2024.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovada sem observações a ata mencionada.

Neste momento, gostaria de retificar a leitura e o encaminhamento da apreciação do veto ao Projeto de Lei Complementar nº 12/2023. Na Sessão Ordinária de 20 de fevereiro de 2024, onde se lê “Projeto de Lei 12/2023”, leia-se “Projeto de Lei Complementar nº 12/2023”.

Como não há quórum, a sessão será suspensa até às 16 horas.

Está suspensa a sessão.

(Sessão suspensa às 15h04min, a sessão é reaberta às 16h.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro reaberta a presente sessão.

Mais uma vez, agradeço a presença de todos, dos assessores, das assessoras e de todos que aqui se encontram.

Declaro lida e aprovada a ata lida no início da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h.)

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 08/03/2024, às 12:08, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1572257** Código CRC: **EB67283A**.

EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO

O Diário da Câmara Legislativa do DF
está regulamentado pelos seguintes
instrumentos legais:

Resolução nº 279

publicada no DCL nº 35 de 25 de fevereiro de 2016.

Págs: 2 a 7

Ato da Mesa Diretora nº 69

publicado no DCL nº 109 de 27 de maio de 2022.

Págs: 20 a 23

Ato da Mesa Diretora nº 27

publicado no DCL nº 62 de 3 de abril de 2007.

Págs: 13 a 16

Ato do Vice-presidente nº 8

publicado no DCL nº 214 de 14 de outubro de 2019.

Págs: 31 a 48

Se você envia documentos para publicação no
DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA
então esse recado é pra você!

5 dicas para ter o seu documento publicado sem problemas

1

Use o SEI

Precisamos da sua assinatura digital e do QRCode

Envie os originais

PDF só se for de documento externo à CLDF

2

3

Use os modelos

O SEI disponibiliza modelos para os documentos

Veja esse resumo

Tahoma 12

4

5

Cuidado com as tabelas

770 pixels ou 100%

Trabalhando juntos podemos oferecer
um serviço de qualidade para a população do DF.



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL